

Reprodução medicamente assistida: direitos reprodutivos, Implicações éticas e consequências jurídicas

Anneth Cardoso Basílio da Silva¹, Alci Marcus Ribeiro Borges², Silvia Cristina Carvalho Sampaio², Idelcelina Barros Ximenes², Herica Emilia Félix de Carvalho¹

¹ Universidade Estadual do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil.

² Instituto Camilo Filho/ Faculdade Pitágoras. Teresina, Piauí, Brasil.

RESUMO

Introdução: Com os avanços da Ciência e da tecnologia houve a desenvoltura das técnicas de Reprodução humana que são tratamentos e procedimentos assistenciais aos quais os casais que forem submetidos poderão ser capazes de gerar um filho. A pesquisa direcionada pelo seguinte problema: Quais as principais implicações éticas e as consequências jurídicas oriundas da tecnologia de reprodução assistida?

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica, descritivo-interpretativa, lógico dedutiva, fundamentada teórico-metodologicamente em autores como Dias (2016), Gama (2009), Madaleno (2009), Porciuncula (2016), Gonçalves (2009), Nery Júnior (2007). Somadas às fontes bibliográficas, foram utilizadas resoluções e portarias do Conselho Federal de Medicina, fontes documentais e sites que foram consultados sobre o tema contextualizado. **Resultados:** Das técnicas de procriação artificial existentes, foi possível identificar três em especial: a Inseminação Artificial, a Fertilização In Vitro e Transferência Embrionária e a maternidade substitutiva. Além disso, observa-se que essas técnicas de reprodução assistida ocorrem sob duas ópticas, a homóloga e a heteróloga. O ordenamento jurídico brasileiro não possui qualquer lei específica sobre as técnicas de reprodução assistida não havendo nenhuma restrição ou proibição a este procedimento de gestação substitutiva. **Conclusão e Implicações:** Conclui-se ser indiscutível a construção de um sistema normativo efetivo e eficaz acerca da maternidade substituta no Brasil, uma vez que a insegurança jurídica gerada pela ausência de critérios e diretrizes exatas é capaz de transformar a realização de um projeto parental em conflitos judiciais intermináveis.

Descritores: Técnicas de Reprodução Assistida; Bioética; Direitos Humanos.

Apoio Financeiro: Não se aplica.